7.ª Repartição

DECRETO N.º 2:541

Atendendo ao que me representaram os governadores gerais das províncias de Angola e de Moçambique, e o governador da província de S. Tomé e Príncipe, sobre a inadiável necessidade de adoptar novas providências no sentido de facilitar as pequenas transacções comerciais nas mesmas províncias, onde cada vez se torna mais sensível a escassez da moeda de prata e de cobre, cuja exportação da metrópole continua a não ser conveniente permitir em larga escala;

Tendo ouvido o Conselho de Ministros, e usando da autorização conferida ao Governo pela lei n.º 373, de 2 de Setembro de 1915 e decreto n.º 2:511, de 15 do corrente mês:

Hei por bem, sob proposta do Presidente do Ministério e Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Banco Nacional Ultramarino a fazer uma nova emissão de cédulas dos tipos de \$50, \$20 e \$10, com destino à circulação nas províncias de Angola e Moçambique, e bem assim a emitir igualmente cédulas dos mesmos tipos para circularem na província de S. Tomé e Príncipe.

Art. 2.º As cédulas destinadas à província de Angola serão na totalidade de 200.000\$, sendo 70.000\$ do tipo de \$50, 100.000\$ do de \$20 e 30.000\$ do de \$10; as destinadas à província de Moçambique serão na importância de 120.000\$, sendo 80.000\$ do tipo de \$50, 36.000\$ do tipo de \$20 e 4.000\$ do tipo de \$10, e as destinadas à província de S. Tomé e Príncipe serão na importância de 80.000\$, sendo 65.000\$ do tipo de \$50, 12.000\$ do tipo de \$20 e 3.000\$ do tipo de \$10.

Art. 3.º As disposições dos artigos 3.º, 4.º e 5.º do decreto n.º 1:001, de 2 de Novembro de 1914, são applicáveis à emissão de cédulas autorizada pelo presente decreto.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1916. — BERNARDINO MACHADO — *António José de Almeida*.

8.ª Repartição

DECRETO N.º 2:542

Dispondo o artigo 4.º do regulamento do Hospital Colonial de Lisboa que o serviço farmacêutico do mesmo Hospital será dirigido por um farmacêutico reformado das províncias ultramarinas, com a gratificação de 20 por cento dos seus vencimentos de reforma;

Succedendo, porém, que pela exiguidade da gratificação e pelas exigências do serviço que lhe é pedido, ainda este lugar não pôde ser provido nos termos da lei, tendo nestas condições o cargo sido desempenhado por um farmacêutico do activo serviço;

Sendo de urgente necessidade regularizar este serviço, de modo a tornar legal a situação do director da farmácia;

Tendo ouvido o Conselho de Ministros e o Conselho Colonial, e

Usando da faculdade conferida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Ao artigo 4.º do regulamento do Hospital Colonial de Lisboa, aprovado por decreto de 28 de Fevereiro de 1903, é acrescentado o seguinte:

«§ único. Não havendo farmacêutico reformado que queira desempenhar este serviço, será nomeado em co-

missão até três anos, um capitão farmacêutico dos quadros de saúde das colónias, à escolha do Ministro».

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1916. — BERNARDINO MACHADO — *António José de Almeida*.

DECRETO N.º 2:543

Com o fim de combater a doença do sono que na província de Angola grassa com uma intensidade assustadora foi publicada a lei n.º 84, de 28 de Julho de 1913, ao abrigo da qual se constituiu uma brigada de combate que, devido a circunstâncias várias, pouco tempo funcionou.

Atendendo, porém, ao exposto pelo chefe da missão de combate, demonstrando quanto é inexequível, em grande parte, a referida lei, e a urgente necessidade de ser modificada, de modo a estabelecer medidas de combate numa grande parte da província já invadida pela mósca tsé-tsé, transmissora da doença e de defesa contra a importação de mais casos de hipnose;

Tendo ouvido a Escola de Medicina Tropical, o Conselho Colonial e o Conselho de Ministros; e

Usando da faculdade conferida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Será organizada na província de Angola uma missão médica que terá por fim o estudo e combate da doença do sono.

Art. 2.º A missão será constituída por um médico chefe que será o director do Laboratório Bacteriológico de Loanda, e por mais seis médicos do quadro de saúde de Angola, habilitados com o curso da Escola de Medicina Tropical, nomeados sob proposta do chefe da missão de entre os que oferecerem melhores garantias quanto à sua competência e resistência física.

Art. 3.º O chefe da missão elaborará o plano de combate segundo as bases geralmente adoptadas tendo, porém, em atenção as condições locais, principalmente no que diz respeito aos recursos médicos e de enfermagem de que a província pode dispor.

§ 1.º Este plano será submetido à apreciação da Escola de Medicina Tropical e da Repartição de Saúde das Colónias e, depois de aprovado, será enviado ao chefe do serviço de saúde de Angola.

§ 2.º Se no decorrer dos trabalhos, as circunstâncias locais e de momento assim exigirem, poderá esse plano, nalguns detalhes e provisoriamente, ser modificado pela junta de saúde da província, de acôrdo e sob proposta do chefe da missão, que dará conhecimento imediato das modificações introduzidas ao governador geral e à Repartição de Saúde das Colónias, que, ouvida a Escola de Medicina Tropical, proporá a sua aprovação.

Art. 4.º Para a efectivação do indicado no artigo 1.º será a parte da província de Angola que necessitar de reconhecimento, dividida em zonas, fixadas pelo governador geral, de acôrdo com o médico chefe.

Art. 5.º A missão será dividida em três brigadas de dois médicos, e terá principalmente por fim proceder ao reconhecimento das regiões suspeitas, de modo a delimitar as localidades invadidas pela doença do sono e pelas glossinas, e a propor as medidas mais adequadas para o saneamento e defesa dessas regiões.

§ único. Logo que as condições de trabalho o permitam, serão os médicos das brigadas encarregados do serviço de saneamento das zonas estudadas e reconhecidas como infectadas, e considerados como delegados de saúde dessas zonas.

Art. 6.º Os médicos que constituírem as brigadas não poderão ser distraídos para outros serviços e ficarão directamente subordinados ao chefe da missão.

Art. 7.º Cada brigada terá um chefe escolhido entre os seus membros pelo chefe da missão, com quem se corresponderá.

Art. 8.º Mensalmente, os chefes das brigadas enviarão ao médico chefe um relatório dos trabalhos executados, bem como todo o material de estudo, como preparações de sangue humano e dos animais, colecções de insectos hematófagos, etc.

Art. 9.º Nas regiões seguramente invadidas pela hipnose, onde não haja necessidade de reconhecimento prévio, o serviço de combate da doença do sono será desempenhado pelos respectivos delegados de saúde, segundo um plano fixado de acôrdo com o chefe da missão, que fiscalizará a sua execução e a quem os referidos delegados de saúde enviarão relatórios mensais e informações sobre todos os assuntos que se relacionem com a doença do sono.

Art. 10.º O médico chefe, além da direcção superior dos trabalhos e coordenação dos elementos de estudo que lhe forem enviados, terá a seu cargo a inspecção e fiscalização de todos os serviços de combate da doença do sono.

§ 1.º O médico chefe enviará ao Governo Geral e à Repartição de Saúde das Colónias um relatório trimestral sobre a marcha dos trabalhos executados nesse período de tempo.

§ 2.º No Hospital de Loanda será criado um serviço especial de terapêutica experimental da hipnose, em enfermaria exclusivamente adstrita aos atacados desta doença, dirigida pelo médico chefe ou pelo médico adjunto ao laboratório, sendo as despesas desta enfermaria sustentadas pelo Hospital de Loanda.

Art. 11.º O chefe da missão fica dispensado de todos os serviços estranhos à missão e ao laboratório e terá como auxiliar um facultativo do quadro de saúde, nomeado pelo governador geral, sob sua proposta, adjunto ao Laboratório Bacteriológico, com a gratificação especial de 50\$ por mês.

Art. 12.º Os seis médicos das brigadas terão cada um o vencimento único mensal de 300\$, enquanto durar o serviço da missão.

§ 1.º Os médicos das brigadas que forem encarregados do serviço das zonas, conforme o indicado no § único do artigo 5.º passarão a vencer, além dos seus vencimentos normais como delegados de saúde, uma gratificação mensal de 100\$.

§ 2.º Os delegados de saúde encarregados do combate da hipnose, nas condições do artigo 9.º, terão, além dos seus vencimentos, uma gratificação mensal de 50\$.

Art. 13.º O chefe da missão terá um ordenado único equivalente aos vencimentos que competem aos médicos das brigadas acrescido da sua gratificação como director do laboratório.

Art. 14.º Os médicos da missão quando em serviço de reconhecimento nas regiões próximas da fronteira ou situadas além de 150 quilómetros dos terminus das linhas férreas, terão um aumento de 30 por cento sobre os vencimentos fixados nesta lei.

Art. 15.º A cada uma das brigadas será agregado um chefe de acampamento, que servirá ao mesmo tempo de intérprete e que poderá ser um indígena civilizado, com o ordenado usual nas regiões em que servir, mas que não poderá exceder 30\$ mensais.

Art. 16.º A importância de 60.000\$ autorizada pelo artigo 9.º da lei n.º 84 será mandada incluir no orçamento da provincia de Angola para custear as despesas da missão e tornar-se há efectiva a autorização para se incluírem nos futuros orçamentos as verbas necessárias para o custeio de cada uma das zonas ou circunscrições

sanitárias em que fôr estabelecido o serviço de combate da doença do sono.

§ único. As verbas destinadas ao estudo e combate da doença do sono não poderão ter aplicação diferente.

Art. 17.º O serviço prestado na missão por pessoal oriundo dos quadros ou companhias de saúde, ou de qualquer outra proveniência, mas militar ou equiparado a militar, será considerado de campanha, tanto para o efeito da pensão de sangue a deixar às famílias, como para a contagem do tempo de serviço.

§ único. Aos assalariados que, ao serviço da mesma missão, e no cumprimento dos deveres que à mesma competam, se impossibilitem de ganhar os meios de subsistência, ser-lhes há aplicado o que a lei de 29 de Junho de 1914 estabeleceu para os que na metrópole se inutilizam em serviços públicos de assistência e defesa sanitária.

Art. 18.º O preparador do Laboratório Bacteriológico de Loanda não poderá ser deslocado nem desviado para serviços estranhos ao Laboratório, sem assentimento do respectivo director, e terá uma gratificação extraordinária de 12\$ mensais enquanto durarem os trabalhos da missão.

Art. 19.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1916. — BERNARDINO MACHADO — António José de Almeida.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Repartição de Caminhos de Ferro

PORTARIA N.º 732

Manda o Governo da República Portuguesa, conformando-se com o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, que seja autorizada a Companhia concessionária do Caminho de Ferro do Vale do Vouga a ceder à Câmara Municipal do concelho de Vouzela a parcela de terreno do talude do atêrro na estação de Vouzela entre os quilómetros 106,080 e 106,1072, ficando aquela Câmara obrigada a construir um muro de espera do referido talude, conforme o desenho junto ao processo, ficando bem expresso que este terreno é para uso público, e não poderá ser alienado sem licença do Estado, pois é este o directo senhor dele, visto que a Companhia é apenas usufrutuária.

Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1916. — O Ministro do Trabalho e Previdência Social, António Maria da Silva.

Para o Director Fiscal de Exploração de Caminhos de Ferro.

PORTARIA N.º 733

Manda o Governo da República Portuguesa, conformando-se com o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, que seja autorizada a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses a trocar uma parcela de terreno, situada entre os quilómetros 321,171 e 321,194 da linha do Norte, com a área de 220^m2,19, por outra pertencente à comissão de melhoramentos da Praia da Aguda, concelho de Vila Nova de Gaia, com a área de 220^m2,25, conforme a planta que fica arquivada junto ao processo.

Esta troca só se tornará efectiva depois de construída uma nova casa de guarda em substituição da existente e do tipo já superiormente aprovado.

Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1916. — O Ministro do Trabalho e Previdência Social, António Maria da Silva.

Para o Director Fiscal de Exploração de Caminhos de Ferro.